

Apoio ao Governo

Haroldo Hollanda

25 JAN 1991

Em conversa com a ministra Zélia Cardoso de Mello, o deputado César Maia, do PDT, sugeriu a formação de uma nova base de apoio político ao Governo, na qual seria incluído seu próprio partido, como meio de assegurar a continuidade da atual política econômica. Maia acusa economistas de linha ortodoxa, como Delfim Netto, Afonso Celso Pastore e Mário Henrique Simonsen, de estarem envenenando o meio empresarial com informações distorcidas sobre a realidade econômica, com o propósito de enfraquecer e derrubar a ministra e toda a sua equipe.

Assinala o deputado que o Governo hoje é minoria no Congresso e tem como sustentação uma base parlamentar que discorda em grande parte da sua postura política. Segundo César Maia, ilustra bem essa situação anômala o que aconteceu recentemente com o projeto governamental do ITR (Imposto Territorial Rural), derrotado no Congresso por parlamentares conservadores, que teoricamente apóiam o Planalto, comandados pelo deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL. Maia propõe como solução a formação de uma nova e mais ampla base parlamentar, da qual seriam excluídos os clássicos partidos de esquerda. Mas outras forças de esquerda, como o PDT e o PSDB, poderiam ser incluídas nessa frente parlamentar, que representaria, na sua avaliação, cerca de 70% do poder total de fogo do Congresso. Embora contrafeitos e constrangidos, os conservadores não teriam outra alternativa senão vir a reboque dessa nova conjunção de forças políticas no Congresso.

Os desencantos de Ulysses

No Congresso, há a expectativa de que, na segunda-feira próxima, Ulysses Guimarães renuncie à sua candidatura à presidência da Câmara. Em conversas reservadas, o presidente do PMDB se queixa de alguns dos seus principais colaboradores políticos, como Ibsen Pinheiro, Cid Carvalho, Genebaldo Correia e Ubiratan

Aguiar, por terem-no abandonado. Entre seus amigos, só faz ressalva em relação ao deputado Luiz Henrique. Ulysses confessa se sentir como um comandante que de repente perdeu todos os seus generais. Ele reflete sobre a melhor decisão a ser tomada e examina a hipótese de praticar um "grande gesto" para expressar seu protesto e desencanto.

Marginalização do Congresso

O senador Mário Covas, do PSDB, fez-se eco ontem de críticas de vários deputados e senadores ao sistema de votação das medidas provisórias, que está submetendo o Congresso a um contínuo processo de esvaziamento nas grandes decisões nacionais. Covas citou como exemplo a comissão mista que examina a política salarial, a qual tem como relator o deputado Tidei de Lima, do PMDB. A comissão mista em questão jamais se reuniu e seu relator entende-se diretamente com autoridades do terceiro escalão da administração federal — o que constitui um desprestígio para o Congresso — com as quais tudo resolve. Quando as negociações estão concluídas, a matéria é levada a plenário, como um "prato feito", sem que a maioria dos deputados e senadores tenha conhecimento do que está aprovando. Esse processo acarreta outra distorção: como os relatores são sempre da Câmara, o Senado virou um subpoder homólogoatório.

A opinião de Delfim

O ex-ministro e deputado Delfim Netto, presidente do PDS, voltou a Brasília ácido nas suas críticas ao Governo. Diz ele que a proposta de política salarial, elaborada pelo secretário Antônio Kandir, "é tão esotérica" que chega a incluir uma raiz quadrada, o que, segundo ele, mais de 70% da Câmara são incapazes de entender. Quanto à política econômica, ele diz que simplesmente "deixou de existir". Se o Governo quiser modificar esse quadro, terá de partir da estaca zero.